

APROPRIAÇÃO DAS TERRAS NO SEMIÁRIDO DA BAHIA: DIAGNOSTICANDO O PROCESSO DE DESERTIFICAÇÃO NO POLO DE GUANAMBI

Israel de Oliveira Junior¹; Jocimara de Souza Brito Lobão²

1. Bolsista FAPESB, graduando em Geografia, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e-mail: iojjunior@gmail.com.

2. Orientadora, docente do curso de Geografia, DCHF, UEFS, e-mail: juci.lobão@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: uso e cobertura das terras, indicador ambiental, degradação

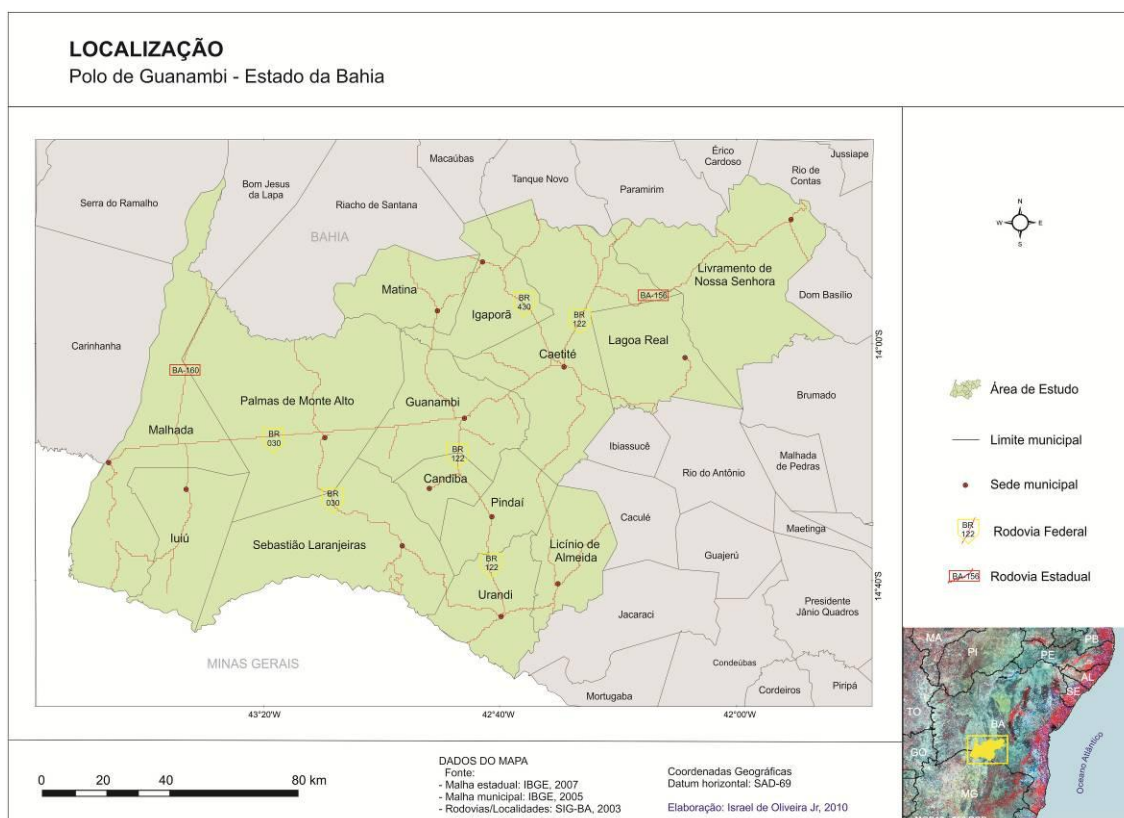
INTRODUÇÃO

A relação empreendida entre homem e ambiente tem gerado efeitos que repercutem nas organizações humanas e no meio físico e biológico, sendo que os impactos nos sistemas ambientais possuem diferentes intensidades. Inúmeros exemplos demonstram que a apropriação antrópica do ambiente com propósitos urgentes, como obtenção de lucros rápidos, sem considerar a relação custo-benefício, a médio e longo prazo geram estados de degradação que sucedem em mazelas à sociedade e meio, de difícil reversibilidade. Nas terras secas os problemas são graves, pois muitas possuem natureza frágil; quando são exploradas com o emprego de técnicas impróprias às suas especificidades, acarreta uma série de danos ambientais, sendo a desertificação o mais grave de todos.

A desertificação é um problema ambiental que ocorre em terras áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante da apropriação humana do patrimônio ambiental e variabilidade climática (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994). Os estudos sobre este processo indicam a sua complexidade, devido à amplitude dos fatores causadores e impactos resultantes (BRASIL, 2005), mas tem possibilidade de gestão, mitigação e combate. Entre alguns cenários ocasionados pela desertificação tem-se: perda da fertilidade natural dos solos, deterioração generalizada da biomassa, desequilíbrio na economia regional, desemprego crescente, interrupção ou diminuição da produção das lavouras, processos migratórios, entre outros (SOUZA, 2006).

O polo de Guanambi é constituído por 14 municípios e localizado a sudoeste da Bahia (Mapa1); compõe a Área Suscetível à Desertificação (ASD) do Brasil e foi selecionado pelo Instituto e Gestão das Águas e Clima (INGÁ) para integrar os estudos do processo de desertificação e fundamentar a elaboração do Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-BA).

O objetivo deste trabalho foi estudar o processo de desertificação no polo de Guanambi por meio do levantamento do uso e cobertura das terras. O emprego desse indicador de desertificação resultou na construção do mapa de uso e cobertura das terras do polo, subsidiado, sobretudo, por análises visuais de imagens LANDSAT TM, de dados levantados em campo e em fontes secundárias (BRASIL, 1982; SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEORERENCIADAS, 2003). A associação do referido mapa com informações ambientais possibilitou indicar quais são as forças motrizes, pressão, estados e impactos que tornam alguns municípios mais vulneráveis à desertificação.



Mapa 1 – Localização do polo de Guanambi

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram adotados os seguintes procedimentos:

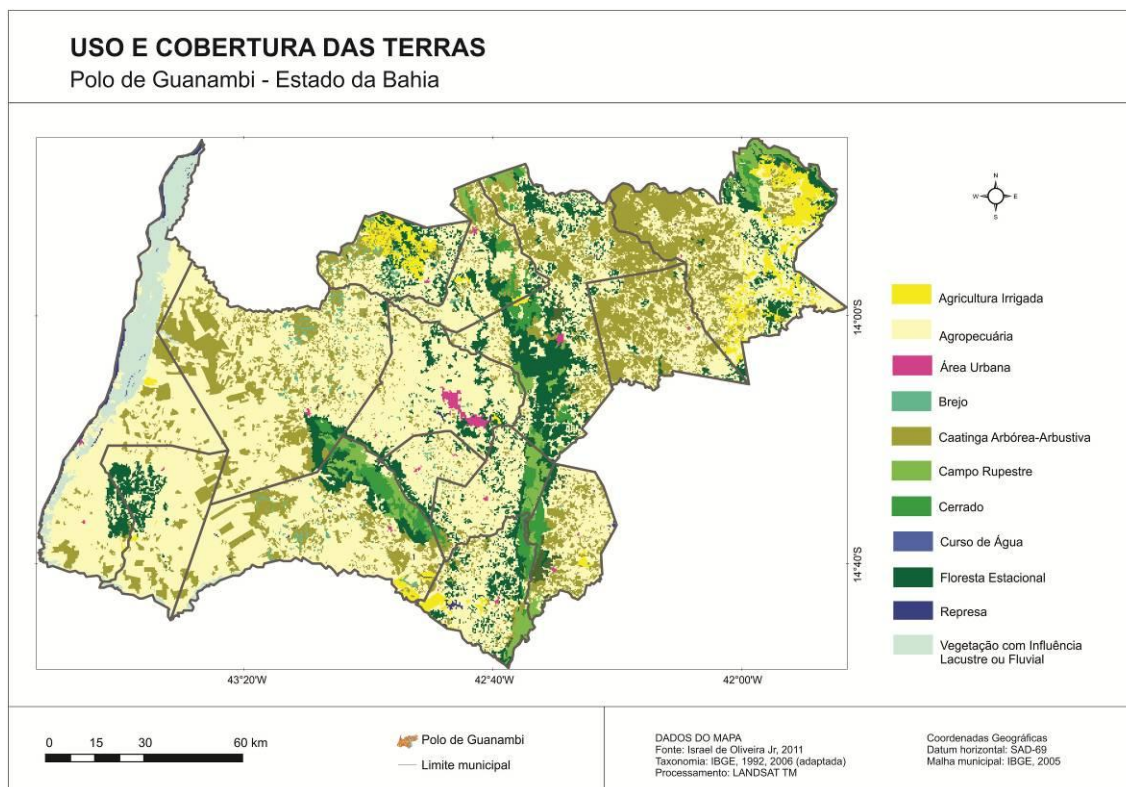
1. Revisão bibliográfica de dados ambientais secundários sobre o semiárido, com ênfase na deterioração ambiental, desertificação e polo de Guanambi.
2. Aquisição e processamento de imagens LANDSAT TM, as quais foram analisadas para a construção de uma chave de interpretação e determinação das classes do mapa de Uso e Cobertura das Terras definidas em três níveis de detalhe, baseadas em IBGE (1992, 2006) e acordadas às escalas geográfica e cartográfica do estudo.
3. Integração de dados ambientais obtidos em dois estudos de campo, com o intuito de ampliar o conhecimento da região e verificar a chave de interpretação das imagens e demais produtos construídos em laboratório.
4. Elaboração e análise do mapa de Uso e Cobertura das Terras, associando-o a outras informações obtidas neste estudo a partir de técnicas de Geoprocessamento; nesta fase, construiu-se e analisou-se gráficos, mapas, quadros e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapa de Uso e Cobertura das Terras (Mapa 2) produzido em escala cartográfica de 1:250.000, indicou que as terras recobertas por vegetação totalizam 7.362,91 km², 41,06% da área de estudo (Tabela 1) – as áreas calculadas nesta tabela correspondem aos níveis de detalhes do mapa de Uso e Cobertura das Terras, ou seja, o nível 3 subdivide o nível 2, que por sua vez subdivide o nível 1. As feições vegetais mais frequentes são Caatinga Arbóreo-Arbustiva, Floresta Estacional e Vegetação com Influência Lacustre ou Fluvial. Cabe afirmar que parte das feições vegetais pode corresponder a uma vegetação secundária, não contemplada na classificação proposta pelo IBGE (1992) e neste estudo.

As áreas antropizadas possuem uma extensão de 10.493,98 km², cerca de 58% do polo; são formadas pelas classes Agricultura Irrigada, Agropecuária e Áreas Urbanas, as quais

representam, em ordem, 3,15%, 54,93% e 0,37% da região. Os Cursos de Águas e Represas equivalem a 0,54%.



Mapa 2 – Mapa de Uso e Cobertura das Terras do Polo de Guanambi

Tabela 1 – Abrangência das classes do mapa de Uso e Cobertura das Terras

Nível	Classes	Área	
		km ²	%
1	Espelho de Água	97,76	0,54
	Superfície Terrestre	17.856,89	99,50
2	Área Antrópica	10.493,98	58,45
	Área Natural	7.362,91	41,06
3	Lago/Açude/Represa	97,76	0,54
	Agricultura Irrigada	565,65	3,15
	Agropecuária	9.861,65	54,93
	Área Urbana	66,69	0,37
	Brejo	144,17	0,80
	Caatinga Arbórea-Arbustiva	3.643,68	20,29
	Campo Rupestre	448,16	2,50
	Cerrado	427,41	2,38
	Cursos de Água	8,63	0,05
	Floresta Estacional	2.063,55	11,49
Represa	89,13	0,50	
Vegetação com Influência Lacustre Fluvial	635,93	3,54	

Fonte: Mapa de Uso e Cobertura das Terras

Elaboração: Israel de Oliveira Jr (2011)

A partir da associação do mapa de Uso e Cobertura das Terras e de dados obtidos em pontos levantados em campo confirmou-se que práticas utilizadas nas atividades agropecuárias e extração vegetal têm causado pressões ambientais, entre as quais a ampliação do desmatamento e queimadas. Isto é comum em toda área de estudo, sobretudo nos municípios localizados nas Depressões, onde são verificados os menores fragmentos de vegetação e uso mais intenso das terras pela agropecuária (OLIVEIRA JR, 2010).

Fatores ambientais, como solos friáveis (Cambissolos e Neossolos), pequenas rupturas de declive, ampliação das superfícies de solos expostos, proporcionam processos erosivos acelerados, os quais constituem um dos principais impactos antropogenéticos que levam a desertificação (NIMER, 1992). A ocorrência consorciada da agricultura e pecuária aumenta a pressão humana sobre o ambiente e gera impactos ambientais no polo, em especial: perda da diversidade vegetal, proliferação de espécies ruderais de porte herbáceo, exposição dos solos aos agentes físicos, processo erosivos acelerados, entre outros. Essas realidades são mais comuns nos municípios de Candiba, Guanambi, Iuiú, Livramento de Nossa Senhora e Malhada, considerados os mais vulneráveis à desertificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos resultados, conclui-se a eficácia dos procedimentos adotados; pelas técnicas de Geoprocessamento elaborou-se o mapa de Uso e Cobertura das Terras, o qual, associado à literatura e informações espaciais, motivou a identificação do estado ambiental do polo. Com isto, verificou-se impactos próprios de cenários desertificados, como: fragmentação das feições vegetais, proliferação de espécies ruderais, estratificação vegetal, solos desnudos, aumento da taxa de evaporação no solo e processos de erosão laminar e acelerada. Os municípios de Candiba, Guanambi, Iuiú, Livramento de Nossa Senhora e Malhada possuem grande extensão de terras em uso, cujas práticas e técnicas empregadas podem estar no cerne do desencadeamento de um estado de desequilíbrio ambiental.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério das Minas e Energia. 1982. *Projeto RADAMBRASIL: Folha SD.23 Brasília; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. 2005. *Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Recursos Hídricos.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 1992. *Manual técnico da Vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. 2006. *Manual técnico de Uso da Terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE.
- NIMER, E. 1988. Desertificação: realidade ou mito? *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n.1, p.7-39.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1997. *Convenção das Nações Unidas de combate à desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOREFERENCIADAS – SIG-BAHIA. 2003. *Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos – SIRH*. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos. CD - Rom.
- SOUZA, M. J. N. 2006. A problemática ambiental: cenários para o bioma da Caatinga no Nordeste do Brasil. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). *Panorama da Geografia brasileira II*. São Paulo: Annablume.